



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018 -SEMED.
PROCESSO 3873-2017/SEMED
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2018.001.PMA.SEMED ✓

1. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em fornecimento de buffet, coffee break, coquetel fino e lanche para servir os participantes dos diversos eventos (reuniões com gestores, aulas inaugurais, formaturas e outros eventos) que serão realizados por esta Secretaria Municipal de Educação.

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018 -SEMED

Aos 10 de Abril de 2018, a Prefeitura Municipal de Ananindeua, situada na Rua Magalhães, 1515 (Rodovia BR 316, km 0), 1515, Centro, município de Ananindeua/Pará, inscrita no CNPJ/MF nº 05.058.441/0001-68, através da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO- PROGE** representada pelo Procurador Geral do Município, Sebastião Piani Godinho, aqui denominada como **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -SEMED**, representada pela Secretária Claudia do Socorro Silva de Melo, aqui denominada como Participante, nos termos estabelecido na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 11.698/2009, Decreto nº 16.110/2015 e Lei 8.666/93, Decreto Municipal nº 15.425, de 10 de abril de 2013 e subsidiado pela Lei Federal n.º 8.666/93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital **PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PE.2018.001.PMA.SEMED**, conforme o resultado da classificação das propostas apresentadas, resolve registrar os preços das empresas denominadas simplesmente FORNECEDOR, aqui identificadas, cujas especificações detalhadas dos itens registrados, constam do Anexo I deste instrumento, conforme abaixo:

FORNECEDOR: BIG RECEPÇÕES LTDA, CNPJ nº 15.868.829/0001-88.

Lote 01 – KIT LANCHE: Salgadinhos Quentes, 02 tipos de suco de fruta, Refrigerante 2ª linha (normal, light e diet) e água mineral;

Lote 02 – BRUNCH: 02 tipos de torta salgada, 01 tipo de torta doce, 05 tipos de salgadinhos, 02 tipos de frutas, 02 tipos de sucos, refrigerante de 1ª linha (normal, light e diet), água mineral, café quente, café e leite;

Lote 03 – CAFÉ DA MANHÃ: Croissants, Brioche, Pão (de forma e careca), Sanduiches de presunto e peito de peru, manteiga, 05 tipos de frutas, 03 tipos de bolos, bebidas, Água mineral, leite, achocolatado; 02 tipos de sucos de frutas.

Lote 04 – COFFE-BREAK: 03 tipos de bolos, 03 tipos de pães, diversos: tapioca, cereais, pão de mel, manteiga, patês, canjica, mini sanduiches, 01 tipo de torta salgada, 03 tipos de salgadinhos, bebidas, café, leite, chocolate com chantilly, água mineral, 03 tipos de sucos de frutas;

Lote 05 – COQUETEL: Salgados finos frios, Salgados Quentes, Bebidas, Refrigerante de 1ª linha (normal, light e diet) e água mineral, 02 tipos de sucos de frutas;

Lote 06 – ALMOÇO/JANTAR BUFFET ESPECIAL: 03 opções de pratos quentes: filé de carne, peixe, filé de frango, camarão, bacalhau, 02 pratos frios, 04 tipos de guarnições: arroz branco, arroz grega, farofa e batata palha, 03 tipos de sobremesas, bebidas, refrigerante 1ª linha (normal, light e diet), água mineral, coquetel de frutas, cafezinho, 02 tipos de suco de frutas. (Obs: os peixes devem ser cozidos).



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL

sem pele e espinha, podendo utilizar somente o file do pescado. Em hipótese nenhuma, a contratada poderá se utilizar de peixes com espinhas.

Lote 07 – ALMOÇO/JANTAR BUFFET SIMPLES: 02 pratos quentes, guarnições, feijão, arroz, macarrão, farofa, batata palha e salada, 02 tipos de suco, refrigerante de 1ª linha (normal, light) e água mineral.

Conforme o Termo de Referência do Edital do Sistema de Registro de Preços nº PE.2018.001 PMA SEMED.

1.1. Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritas, o Edital e seus Anexos.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir os serviços nele registrados nas contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS: Os quantitativos, serviços e preços registrados em contrato se relacionados no Anexo I desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu termo no Diário Oficial, podendo ser prorrogada sua vigência nos termos do art. 9º, § 2º, do Decreto nº 11.698, de 16 de janeiro de 2009.

CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS: O gerenciamento deste instrumento caberá a Procuradora Geral do Município, nos termos estabelecidos no Decreto nº 11.698, de 16 de janeiro de 2009, e alterações posteriores, Decreto nº 15.425, de 10 de abril de 2012, Decreto 16.110/2015 e Lei 8.666/93, em especial de edital, no presente instrumento e na legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto público será ao solicitado pelo órgão CONTRATANTE, conforme sua necessidade e o disposto no edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO: Os materiais e serviços entregues na forma prevista no art. 73, inciso I da Lei federal nº 8.666/93.

§1º O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele atribuída nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas às seguintes condições:

- a) de acordo com as especificações e nas quantidades corretas,
- b) prazo, local e horário de execução previamente designados pelo órgão contratante,
- e) no local estipulado no contrato/empenho ou documento equivalente.

§2º Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas no edital.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Constituem obrigações

§1º DO ORGÃO GERENCIADOR

- a) Gerenciar a presente Ata;
- b) Conduzir os procedimentos a eventuais renegociações dos preços registrados;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL

c) Cancelar o registro do fornecedor nas hipóteses estabelecidas no art 18 do Decreto Municipal nº 11.698/2009 e alterações posteriores, em especial, Decreto nº 15.425, de 10 de abril de 2013.

§2º DO CONTRATANTE

- a) fornecer à **Contratada** a Ordem de Início do fornecimento;
- b) prestar à **Contratada** todos os esclarecimentos necessários a execução contratual;
- c) efetuar os pagamentos devidos;
- d) arcar com todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto;
- e) Designar e credenciar um servidor para fazer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

§3º DO FORNECEDOR

- a) Prestar o serviço conforme determinação pelo órgão contratante;
- b) indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo que se relacionar com ao fornecimento do objeto;

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO: O valor contratual referente aos fornecedores será irrevogável, estando incluídos no preço todos os custos DIRETOS E INDIRETOS dos produtos a constituirá(ão), a qualquer título a única e completa remuneração pelo adequado e fiel cumprimento do objeto deste Contrato.

§1º Obedecidas às formalidades legais, o pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias após o término de cada mês.

§2º Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

§3º Em caso de atraso nos pagamentos das parcelas, o valor será atualizado monetariamente até a data final do período de adimplemento até a data de seu efetivo pagamento corrigido pelo índice do IPCA apurado para o período.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS: O reajustamento dos preços somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses decorridos da data limite para apresentação da proposta, com a aplicação do percentual de variação mensal acumulado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor, até o mês do reajuste, mediante a concordância das partes.

§1º Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Prefeitura Municipal do Município, que é o órgão gerenciador desta Ata, negociará com o fornecedor sua redução.

§2º Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o Contrato, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo apresentar requerimento comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

§1º Pela Administração:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL

- b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Procuradoria Geral do Município

§2º Pelo Fornecedor.

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando a impossibilidade de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso de força maior.

§3º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§4º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação em jornal de grande circulação na região metropolitana de Belém, considerando cancelado o preço registrado a partir da publicação.

§5º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Procuradoria Geral do Município, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas neste Edital.

§6º Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao fornecimento dos itens.

§7º Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79, da Lei federal nº 8.666/93, o Município adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A recusa injustificada ao cumprimento das obrigações, pelas empresas classificadas na licitação e indicadas para registro em respectivos preços, conforme instruções deste edital ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

§1º. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 2% (dois por cento) do valor da contratação;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com o Município de Ananindeua, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Município de Ananindeua, na prova prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 enquanto perdurarem os motivos.

§2º. Pelo atraso injustificado da entrega dos objetos licitados, fica sujeita o adjudicatário às penalidades previstas no **Caput** do Art. 86 da lei 8.666/93, nas seguintes conformidades:

- a) Atraso de 05 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor do empenho.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL

b) Atraso superior a 05 (cinco) dias, multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor da obrigação

§3º As sanções são independentes, a aplicação de uma não exclui a das outras

§4º O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa contratada a critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo

§5º A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, conforme nos § 3º do artigo 86 e §1º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93

§6º Em caso de atraso no pagamento das parcelas ajustadas, o valor será atualizado monetariamente desde a data final do período de adimplemento até a data de seu efetivo pagamento corrigido pelo índice do IPCA apurado para o período

§7º As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou outras previstas nas Leis Federais 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As partes ficam ainda adstritas às seguintes disposições:

§1º todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços

§2º é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

§3º Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização da autoridade máxima da Procuradoria Geral do Município

§4º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§5º As aquisições adicionais de que trata o §3º, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 10% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO. As partes elegem o foro da Comarca de Ananindeua, estado do Pará, para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata. E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata na presença das testemunhas subscritas

Ananindeua/PA, 10 de Abril de 2018

SEBASTIÃO PIANI GODINHO
Procurador Geral do Município

CLÁUDIA DO SOCORRO SILVA DE MELO
Secretaria Municipal de Educação